

# CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



## O MUNDO RURAL – REFERÊNCIAS CAMPONESAS NUM ESPAÇO QUE SE URBANIZA...

Maria de Lurdes Roxo Mateus\*

Num artigo intitulado *O Ambiente Humano e o Mundo Rural*, o Professor J. M. Pereira de Oliveira afirmou:

“Neste xadrez mais ou menos complicado, os grupos humanos obedecendo às leis do movimento demográfico universal têm vindo a crescer em número e em esperança de vida; as populações aumentam e ‘envelhecem’; diminuem os índices de natalidade e de mortalidade geral e infantil; mas aumentam também os índices de mobilidade individual ‘desenraizante’; desaparecidas quase por completo as auto-suficiências dos grupos, conquistadas para a economia aberta de mercado e monetária, as comunidades (nem sempre com desejável integração global), solicitadas pelos parâmetros mais ou menos materialistas dos enquadramentos sócio-políticos nacionais ou internacionais; postas sob a acuidade da produção necessária, como função dos níveis de produtividade a atingir para os resolver, nem sempre os homens – mesmo em nome das melhorias da qualidade de vida, mas quase nunca, na prática, realmente em nome da sua generalização – têm sabido achar, através do seu particular ‘instrumento’ diferenciador na escala filogenética, as soluções convenientes”.

Escritas em finais da década de setenta (1977), estas palavras viram reconfirmada a sua importância e plena actualidade, face ao processo evolutivo dos espaços rurais nos últimos vinte anos. Vinte anos durante os quais os campos do mundo inteiro sofreram mutações profundas, sensíveis a diversos níveis, tais como: modernização dos sistemas agrícolas, mundialização da produção, integração económica, expansão dos espaços residenciais, urbanização dos modos de vida e consequente reorganização paisagística.

Retomando o raciocínio do Autor, embora reconhecendo a ousadia de tal gesto, propomo-nos uma breve reflexão sobre transformações entretanto operadas no mundo rural, as quais nem sempre foram tendentes a manter o equilíbrio ancestral que o caracterizava.

### 1. DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS ÀS MODERNAS TÉCNICAS PRODUTIVAS

As paisagens rurais, para além de reflectirem as condições naturais do meio, são o testemunho dos mecanismos que as engendraram; sendo a resultante do binómio ho-

mem/meio, elas contêm, em si, os sinais das mudanças civilizacionais e do grau de eficácia das soluções adoptadas pelos diferentes grupos humanos, face às exigências de subsistência e crescimento. A eficácia de que falamos não se confina a parâmetros exclusivamente economicistas mas abrange a dimensão biológica, e está bem presente no necessário equilíbrio dos ecossistemas e na preservação das paisagens.

A limitada produção natural ou *produtividade ecológica* (BARROS, 1981, 41) induziu o homem a mobilizar os recursos ambientais e, através do emprego do seu esforço físico, capacidade inventiva e espírito organizativo, a desencadear a capacidade produtiva do meio.

Ao adoptar um *sistema agrícola* o homem assume-se como agente económico de produção: mobilizando solos, técnicas e trabalho, combinando espécies culturais de forma equilibrada, de modo a obter colheitas regulares. De início apenas preocupado com a sua subsistência, pratica uma agricultura em regime *extensivo*, propiciado pelos amplos espaços e escassa população. Com as crescentes solicitações de consumo e progressiva redução da superfície de cultura, o camponês adopta sistemas cada vez mais *intensivos*, o que lhe permite obter um maior rendimento sem, contudo, abdicar da sua responsabilidade relativamente à preservação das condições ambientais. De facto, o capital fundiário é, para o agricultor pré-capitalista, quase tão importante como a produção que aquele potencia, sendo a manutenção do equilíbrio edafológico exigido pela própria artificialização que empreendeu. Por sua vez, as paisagens agrárias resultantes desta prática revelavam, na harmonia da sua diversidade, as preocupações ecológicas de um agente económico que, embora ignorando, em absoluto, os paradigmas teóricos em que assentava a sua actuação, conseguiu conciliar produção de bens e satisfação de necessidades com leis da natureza e preservação dos recursos.

Com o advento da industrialização, o homem cedo subordina aos ditames do mercado a racionalidade das suas intervenções sobre a biosfera. Dominado por motivações económicas de produção excedentária, inverte a tendência policultural, antes delineada, investindo em factores de produção, cada vez mais evoluídos e eficazes sob o ponto de vista do rendimento, mas frequentemente destruidores dos equilíbrios naturais, “substituindo-os por equilíbrios secundários instáveis, directamente relacionados com o ritmo e o tipo de exploração” (BERTRAND, 1991; cit. BONNAMOUR, 1993, 31).

\* Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

## 2. O MUNDO CAMPONÊS: DA TRADIÇÃO À MODERNIDADE

Apesar das profundas mudanças que afectaram os espaços rurais nas últimas décadas, “em Portugal tem perdido até hoje um sistema fundiário caracterizado pela forte presença das formas de propriedade camponesa” (HESPANHA, 1993, 291). Não nos surpreende, pois, que a sociedade portuguesa manifeste formas de organização social e económica não coincidentes com as que estruturam a produção capitalista (*idem*, 291). Parece-nos, assim, pertinente referirmos alguns dos traços essenciais que caracterizam a estrutura camponesa, embora reconhecamos fazê-lo em termos bastante simples e lineares.

### 2.1. Traços fundamentais da economia camponesa

Ao contrário do que sucede na sociedade industrial – que organiza a sua actividade económica, o seu “trabalho”, no exterior do grupo familiar – na comunidade camponesa a vida social e económica desenvolve-se à volta de um núcleo fundamental que coincide com o grupo doméstico – a família. Esta identifica-se com a própria unidade de produção que dela depende, não só em termos de mão-de-obra mas dos meios de produção em geral. Na verdade, existe entre eles uma complementaridade tão intensa, uma tão elevada interdependência, que qualquer alteração numa das entidades se repercute indelevelmente na outra, como comprovam os ciclos de desenvolvimento da exploração camponesa que se sucedem ao ritmo das oscilações das potencialidades de trabalho familiares.

Dada a sua função de suporte económico, o grupo doméstico camponês deve apresentar duas características fundamentais: relativa estabilidade demográfica e usufruição de “alicerce patrimonial”. De facto, para sobreviver, o grupo doméstico necessita de dispôr de terra, a qual confere condições de existência e continuidade ao grupo (MENDRASS, 1978, 67).

Contrariamente ao proprietário fundiário absentista ou ao empresário capitalista, o camponês não vive apenas das suas terras, mas *sobre e para* as suas terras, pressupondo a economia agrícola camponesa a exploração de conta própria ou, quando muito, mista. O sistema de produção é intensivo e policultural – o único que se coaduna com o autoconsumo camponês, com a organização anual do trabalho da família e ainda com a repartição dos riscos. A dimensão das explorações é relativamente reduzida – pequena ou média – já que a escassez de terra, agravada pelo frequente sobrepovoamento, assim o determina, ao mesmo tempo que a utilização intensiva e perdulária de mão-de-obra exclusivamente familiar não permite uma exploração de grandes dimensões.

Apesar de não ser característica exclusiva ou condição suficiente para definir agricultura camponesa é, sem dúvida, fundamental sublinhar a importância que assume o recurso ao trabalho dos membros do agregado familiar

neste tipo de economia. Trabalho não remunerado com salário certo – embora constituindo o principal meio de produção e o mais mobilizado recurso (depois do capital fundiário), do qual depende, em larga medida, a eficácia da campanha agrícola – é frequentemente rodeado de uma auréola de “gratuidade”, o que se repercute na sua utilização incontrolada, já que não submetida a um racional cálculo económico. Um certo desperdício do trabalho aplicado pela família camponesa à sua exploração, radica neste “equivoco económico” (BARROS, 1975, 110).

Como referimos, a identificação entre a família e a exploração é tal que quase podemos dizer, parafraseando R. Badouin, que vivem em “simbiose”. Empresa e grupo doméstico coincidem, registando-se uma tendência para a fusão das funções produtiva, de consumo, de habitação e até de transformação numa mesma unidade liderada pelo chefe de família.

Na sociedade camponesa as actividades de cada membro estão claramente definidas em função do sexo e da idade: à mulher cabe assegurar a manutenção da casa, do vestuário e da alimentação da família, para além de também trabalhar nos campos. Há que salientar a importância do seu desempenho (nem sempre reconhecido em termos económicos e estatísticos...), não só como participante activa nas tarefas produtivas, como também colaboradora do homem, a quem cabe a gestão da unidade de exploração agrícola e todo o trabalho de execução que aquela implica, tendo, neste domínio, a imprescindível ajuda da mulher e dos filhos. Tal constatação levou M. Cépède a considerar que “a dedicação ao trabalho manifestada pelo agricultor camponês provém essencialmente de ser ele filho e neto de camponesas, que o criaram e ensinaram, e marido de camponesa, que o incita permanentemente, embora sem deixar de lhe aceitar a autoridade” (CÉPÈDE, 1961, 26, cit. BARROS, 1975, 111).

A interdependência estabelecida entre unidade de produção e família, nomeadamente no que se refere à força de trabalho, levou à sequência de ciclos de desenvolvimento na empresa agrícola, os quais oscilam com as disponibilidades da mão-de-obra familiar. Por outro lado, a irregularidade, em termos de exigência laboral, das fainas agrícolas ao longo de um período cultural, cria dificuldades às explorações que se vêem confrontadas com a necessidade de recorrer à prática da “entre-ajuda”, nas épocas de ponta do calendário agrícola.

As relações entre produção e consumo também merecem referência especial, já que sintetizam o essencial da mentalidade camponesa. Produz-se, em primeiro lugar, para satisfazer as necessidades alimentares do agricultor e do seu agregado familiar, embora se procure obter excedentes para venda nos mercados próximos. O montante das quantidades comercializáveis é variável: no geral mais elevado nos anos com condições meteorológicas a isso propícias, sofre oscilações relacionadas com os preços, consequência da lei da oferta e da procura. A longo prazo, há tendência para o seu crescimento, sob efeito do progresso

técnico, bem como da maior necessidade de dispôr de liquidez monetária para se poder abastecer de bens de produção e de consumo tornados necessários. Durante muito tempo o “amor próprio”, decorrente do orgulho da auto-suficiência e da quase aversão ao endividamento, limitou estas compras, mas a evolução social e económica fez nascer, também nos campos, novas necessidades: os utensílios, os tecidos, e mesmo certos alimentos não básicos, como o açúcar ou o café... O agricultor camponês integra-se assim, paulatinamente, numa cadeia cada vez mais ampla de relações mercantis (BARRAL, 1978, 19).

Mas o camponês tenta quase sempre vender o máximo e comprar o mínimo, daí que reúna na unidade de produção actividades diversificadas que garantam a satisfação das necessidades básicas do agregado doméstico. Esta forte interrelação produção/consumo imposta pela dependência relativamente ao espaço e à distancia ao mercado (centro urbano), decorre da necessidade de preservar a sua autonomia: conta essencialmente consigo próprio para obter os factores de produção que lhe são essenciais, bem como os bens de consumo de que a sua família carece. Assim, não surpreende a importância que assume na exploração camponesa a criação de gado, fornecedor de matéria fertilizante indispensável num sistema agrícola intensivo, em que a reconstituição do solo e a consequente preservação do capital fundiário tem quase tanta importância como a produção em si mesma, como anteriormente referimos.

A integração da actividade artesanal na empresa agrícola decorre das preocupações consumistas do camponês. Ele procura auto-abastecer-se em produtos essenciais (pão, vinho, enchidos, carnes fumadas ou lacticínios) confeccionando, por vezes, o seu próprio vestuário e utensilagem vária. Daí encontrarem-se integradas na exploração camponesa infraestruturas de transformação (balsas, alambiques, fornos, etc.), sendo também frequentes as que suportam actividades artesanais mais diversificadas como a tecelagem, a olaria, a moagem ou a cestaria.

O desejo de preservar a autonomia da exploração, a vontade de operar sobre os mercados, mais como vendedor do que como consumidor, modelam certos traços característicos do camponês (BADOUIN, 1971, 95). Assim, a sua proclamada auto-suficiência e consequente fraca recorrência ao mercado de factores conjugam-se para justificar o arreigado espírito de poupança que é inerente à sua própria natureza e que, de certa forma, se relaciona com a sua capacidade de “sobretabalhar” e “subconsumir”, no dizer de H. de BARROS (1975).

A insegurança vivida pelo agricultor face às contingências do mercado – importantes, apesar da possibilidade que tem de proceder à retirada autárquica – bem como perante as irregularidades climáticas, levam-no a preservar avaramente o seu pecúlio. Amealha não tanto com o intuito de investir ou modernizar a sua exploração mas para constituir reservas que lhe garantam estabilidade e segurança na velhice ou na doença, e lhe permitam alcançar maior prestígio social, caso surja a oportunidade de as

investir na aquisição de mais terra e, consequentemente, enriquecer o seu património. De facto, a propriedade fundiária continua a desempenhar “um papel decisivo na reprodução dos sistemas sociais de base rural e local que estruturam as diferenças dos padrões de comportamento e as especificidades da sociedade portuguesa” (HESPANHA, 1993, 292).

## **2.2. A sociedade camponesa: autarcia demográfica e homogeneidade cultural**

“Se a exploração agrícola, unidade de produção e de consumo, possui a sua autonomia económica, ela não deve, contudo, ser considerada isoladamente. O agricultor vive e trabalha numa comunidade territorial que lhe impõe solidariedades estreitas” (BARRAL, 1978, 25).

A sociedade camponesa é dotada de nítido contraste no que se refere ao comportamento económico e social dos seus elementos. Já vimos que, do ponto de vista económico, aquela se caracteriza por forte individualismo familiar – o camponês é cioso dos seus negócios, não permitindo intromissões, procurando mesmo subtrair-se à influência da conjuntura económica global (pelo menos quando esta lhe é adversa). Em termos sociais podemos, contudo, afirmar a sua grande dependência relativamente ao meio onde vive (CAVACO, 1994).

Integrado numa sociedade de “interconhecimento” onde a vida de cada um é conhecida por todos, a sua liberdade de actuação é fortemente condicionada pela colectividade. A intimidade da célula familiar é, no entanto, preservada ao nível dos negócios porque uma pessoa sabe tudo sobre o seu vizinho e, de si, nada pode esconder, é conveniente não se intrometer nos negócios alheios (MENDRASS, 1978, 91).

Na aldeia as regras que presidem às relações sociais uniformizam os comportamentos, sendo aplicadas sanções aos que se atreverem a transgredir. Esse código de atitudes e comportamentos conduz a uma homogeneidade cultural, acentuada por uma linguagem comum e por costumes ancestrais que reforçam a unidade interna da comunidade. Os laços que se geram entre os seus membros levam a que surjam frequentes rivalidades e confrontos entre localidades, às vezes próximas ou mesmo vizinhas, os quais realçam o carácter fechado e nada permeável da sociedade camponesa. Cada aldeia tem os seus traços distintos e a sua organização própria, sendo dotada de nítida autarcia. Esta está presente em domínios bastante diversificados, que vão desde o demográfico ao cultural, social ou económico. Assim, e no que se refere à demografia, observa-se um comportamento nitidamente endogâmico – os casamentos celebram-se normalmente entre os elementos de uma comunidade ou, quando muito, entre residentes de aldeias vizinhas. Com efeito, o casamento assume-se como acto essencial de preservação de identidade social, uma vez que introduz um elemento estranho numa célula organizada sobre ela própria.

Os laços com as sociedades envolventes são muito ténues, quer do ponto de vista social quer mesmo do económico – as trocas com o exterior limitam-se à venda de produtos agrícolas e aquisição de parques bens de consumo – o que reforça a homogeneidade da sociedade camponesa. O isolamento acentua o sentimento de identidade pessoal e o espírito de coesão do grupo: “o aldeão identifica-se mais com a comunidade onde vive, ao sentir-se semelhante aos seus conterrâneos e diferente dos indivíduos de outras aldeias” (MENDRASS, 1978, 98).

### 2.3. O sentido da mudança

“O facto de as sociedades camponesas serem tradicionais e de viverem sob a égide do costume e da rotina não as impede de receber e de adaptar as inovações que, pouco a pouco, induzem a mudança” (MENDRASS, 1978, 201).

Considerando o equilíbrio funcional que domina os vários aspectos da vida económica e social das comunidades camponesas poderíamos ser levados a concluir que as inovações dificilmente a penetrariam, porque sistematicamente rejeitadas. Mas, na verdade, o camponês tradicional, bom conhecedor da realidade que o envolve, sabe não poder recusar o progresso, embora o aceite com alguma natural resistência. É, aliás, essa relutância em aceitar a mudança que lhe confere capacidade e tempo para avaliar e seleccionar as inovações, adoptando-as com precaução. Acresce ainda que, pôr em prática uma técnica nova ou introduzir uma nova cultura, requer esforços de adaptação bem como a procura de mecanismos que, embora assegurando a mudança, não ponham em causa o equilíbrio da sociedade. Minimizando os riscos decorrentes da abertura ao exterior, o camponês tenta conciliar progresso e inovação com segurança económica e solidez estrutural. Desta forma, dinamismo económico raramente é sinónimo de desestabilização, embora fomente a criação de novos contactos e o estabelecimento de relações sociais mais ampliadas.

Considerando os elementos desencadeadores da mudança, há que distinguir os factores *endógenos*, inerentes ao próprio sistema, e os *exógenos*, decorrentes das transformações operadas na sociedade envolvente. De entre os primeiros assume especial relevância a estrutura fundiária, nomeadamente os indicadores relativos à dimensão e parcelamento da exploração; o sistema agrícola pré-existente também pode funcionar como catalizador da mudança, quando as culturas tradicionalmente praticadas se manifestam inadequadas às novas solicitações de consumo e as técnicas e processos de trabalho não consentâneos com as crescentes exigências de produtividade. No que se refere aos factores exógenos destaca-se: a evolução da procura – em qualidade e quantidade; a ampliação dos circuitos económicos, através da criação de mecanismos que favoreçam a recorrência ao crédito; a maior mobilidade populacional – dentro do país ou para o estrangeiro – e consequente êxodo agrícola, traduzido na necessidade

de colmatar as carências de mão-de-obra através da mecanização.

Em Portugal, a conjugação de todos estes factores, inseridos num contexto de transição demográfica, tendencialmente caracterizada por decréscimos significativos das taxas de natalidade e de mortalidade, criaram um quadro mutacional camponês definido pelo acentuar do grau de dependência relativamente ao exterior e consequente penetração das leis de mercado. Acresce ainda que “a integração europeia, as mutações e inversões rápidas da respectiva Política Agrícola Comum, coincidindo com a mundialização dos processos produtivos e de comercialização, expôs fragilidades latentes e acelerou tensões” (JACINTO, 1995, 144). Por sua vez, a desvalorização da agricultura relativamente a outros sectores económicos impôs sérias limitações à progressão normal do modelo, conduzindo o processo mais no sentido da adopção de estratégias de pluriactividade agrícola do que no do desencadeamento de mecanismos conducentes à aquisição de maior capacidade competitiva pelas explorações de agricultores a tempo integral.

Para além das mudanças económicas, são também bastante nítidas as transformações operadas nas estruturas sócio-culturais camponesas: assiste-se à substituição de valores e de quadros de referência tradicionais; as relações de vizinhança afrouxam, e o interconhecimento tende a ser substituído pelo quase anonimato urbano, sobretudo nas áreas de maior difusão residencial; as relações de poder alteram-se, com a emergência de novas lideranças face ao apagamento e perda de protagonismo dos anteriores notáveis rurais (MATEUS, 1996, 266).

#### 2.3.1. Avanço do processo de urbanização e regressão camponesa

Os processos mutacionais do mundo camponês, antes sumariamente enunciados, para além de decorrerem do desenvolvimento económico global estão também estreitamente relacionados com o avanço da urbanização. Com efeito, se a uma escala mais ampla, à mudança não são estranhos fenómenos de índole geral como o da aculturação veiculada pelos “mass media” – nomeadamente a rádio e a televisão – os quais, ao difundir pela cidade e pelos campos as mesmas imagens, a mesma linguagem, os mesmos valores, aproximam, cada vez mais, os quadros de referência urbano e camponês, já à escala local se faz sentir com maior acuidade o forte impacto do processo de urbanização, responsável pela difusão de novas actividades, diversificação de agentes e multiplicação dos fluxos económicos.

Assim, e na medida em que mobiliza, de forma crescente, meios de produção essenciais, como a terra e a mão-de-obra, a urbanização introduz mutações significativas nos sistemas de economia agrícola praticados. Fenómeno que, entre nós, se tem vindo a acentuar nos últimos decénios, a *urbanização difusa* é “um processo pelo qual

as populações mudam de ramo de actividade, alteram os seus consumos, as suas formas de viver, o seu uso do tempo, permanecendo no lugarejo ou na aldeia, ou casal, que antes constituía a base para a economia agrícola dos seus pais ou ainda sua” (GASPAR, 1987, 109).

Nas áreas periurbanas, a atracção exercida sobre a força de trabalho agrícola, e a crescente procura de terrenos para construção, repercutem-se nas relações do camponês com o mercado de factores, bem como na estrutura fundiária da sua exploração. Assim, o decréscimo de trabalhadores precede e fomenta a mecanização – tornada imprescindível face à diminuição do tempo útil agrícola – enquanto a procura fundiária se repercute nos preços dos terrenos e no progressivo subdimensionamento.

Podemos, pois, concluir que a urbanização (quer seja difusa ou periurbana), actuando nos campos como factor de desenvolvimento ou de desestabilização (não queremos, aqui e agora, fazer análises comparativas, balanços de eficácia ou juízos de valor...), funciona sempre como catalizador no processo de mutação da economia e da sociedade camponesas.

Do impacto da urbanização, independentemente dos seus agentes ou dos factores que a desencadeiam, resulta sempre, em termos económicos, a expansão das relações com o mercado (especialmente o de factores) e a crescente penetração de fluxos monetários ou de informação, os quais alteram não só as estruturas produtivas como as relações entre os agentes (KAYSER, 1990). Por outro lado, a interpenetração espontânea e anárquica do espaço agrícola e do espaço urbanizado origina frequente destruição de recursos primários, tanto mais sensível por quanto a urbanização não é racionalmente selectiva quanto às capacidades produtivas dos terrenos, valorizando-os de forma incomportável pela agricultura e, quando difusa, multiplicando o desmembramento das explorações (aquisição ou expropriação de parcelas), ou acentuando a descontinuidade da superfície cultivada (traçado de redes de estradas ou auto-estradas, de zonamentos industriais, etc.) (CAVACO, 1985, 11). Socialmente, são bem visíveis as mudanças operadas, ao nível da heterogeneidade dos grupos sociais, do afrouxamento das relações de vizinhança e das alterações dos hábitos, dos costumes e dos valores culturais da sociedade.

Assim, e como refere J. GASPAR (1987, 131), “o mundo dos camponeses tenderá a ser um mundo demográfica-

mente mais rarefeito, sendo a ocupação do território mais selectiva, devendo verificar-se em muitas áreas o abandono após a passagem da actual geração de velhos camponeses”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADOUIN, Robert (1971) – *Économie rurale*. A. Colin, Paris.
- BARRAL, Pierre (1978) – *Les sociétés rurales du XX<sup>e</sup> siècle*. A. Colin – Col. U, Paris.
- BARROS, Henrique de (1975) – *Os grandes Sistemas de organização da economia agrícola*. Sá da Costa, Lisboa.
- BARROS, Henrique de (1981) – *Economia e ecologia*. Livros Horizonte, Lisboa.
- BONNAMOUR, Jacqueline (1993) – *Géographie rurale – Position et méthode*. Masson, Paris.
- CAVACO, Carminda (1985) – *A agricultura a tempo parcial – Contribuição para o seu estudo na região de Lisboa*. Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras.
- CAVACO, Carminda (1994) – *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*. PAOT/DGDR, Lisboa.
- GASPAR, Jorge (1987) – *Portugal os próximos vinte anos*. Vol. I – *Ocupação e organização do espaço - Retrospectiva e tendências*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- HESPANHA, Pedro (1993) – “Das palavras aos actos. Para uma elegia do amor camponês à terra”. In *Portugal um retrato singular*, Ed. Afrontamento, Porto.
- JACINTO, Rui (1995) – “O mundo rural e o seu desenvolvimento”. *Cadernos de Geografia*, nº 14, Coimbra.
- KAYSER, Bernard (1990) – *La renaissance rurale*. A. Colin, Paris.
- MATEUS, M. L. ROXO (1996) – “Mobilidades e dinamismos nas periferias urbanas: poder local e perspectivas de mudança”. *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra.
- MENDRASS, Henri (1978) – *Sociedades camponesas*. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de (1977) – “O ambiente humano e o mundo rural”. *Problemas do ambiente agrícola*, Coimbra.